

O AJUSTE FISCAL

Maioria vê aumento de impostos com reserva, mas aprova a parcela de sacrifício do funcionalismo público federal

Empresários apóiam medidas do governo

Marco Vianna - 27/6/98

O pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, ontem, correspondeu às expectativas de empresários, banqueiros e economistas ouvidos pelo JORNAL DO BRASIL. A maioria concorda que são necessárias medidas de emergência capazes de dar sobrevida à estabilização econômica e recuperar a credibilidade do país diante da comunidade internacional. Também aprova a parcela de sacrifício do funcionalismo público. Avaliações mais profundas, porém, os entrevistados reservaram para hoje, depois de conhecidos os números exatos das medidas. O empresariado quer saber da real disposição do governo em executar sua parte no corte de despesas.

"A situação do país exige um ajuste rápido. Somos contra o aumento de impostos, porque oneram a produção e precisamos preservar o parque industrial do país e os empregos", disse o senador Fernando Bezerra (PMDB/RN), presidente da Confederação Nacional da Indústria.

"Esperamos que os cortes para conter o déficit público sejam feitos, à parte a cobrança de mais impostos", reforça Carlos Reis, presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Para Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Banco Fontecindam, o presidente anunciou a necessidade de um freio para diminuir a velocidade

do déficit público e ter tempo de fazer um ajuste definitivo, a partir das reformas tributária, previdenciária e administrativa. Segundo ele, o aumento de impostos e o corte de receitas são suficientes para aliviar a situação das contas públicas por um ano, dando tempo para o ajuste estrutural.

O diretor do banco Sudameris, Rafael Cardoso, concorda: "Sem reformas esse ajuste não adianta de nada", adverte. A reafirmação de que não haverá mudança no imposto de renda das pessoas físicas, que já tiveram aumento de alíquota no ano passado, durante o pacote das 51 medidas no mês de novembro, foi bem vista.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, entendeu que Fernando Henrique demonstrou vontade política de desatar os nós do déficit público. "O presidente não anunciou novidade em relação aos pontos que apresentou aos empresários no domingo". Eduardo Eugênio disse que Fernando Henrique foi correto ao demonstrar à população que o grande problema do país é a previdência do setor público. "Os funcionários públicos é que se beneficiam das aposentadorias muito maiores do que as do setor privado. Então, que contribuem para isso", lembrou.

O presidente da Firjan não vê problema no possível aumento no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. "Dos males o menor". Quanto à CPMF, Eduardo Eugênio comentou que, pelo que disse o presidente, o imposto ficará com alíquota mais alta somente até que se reduza o déficit.

O economista Reynaldo Gonçalves, professor titular da UFRJ – portanto, servidor – criticou duramente o governo. "O ajuste segue a linha da menor resistência. FH só tomou medidas fáceis. A CPMF e a contribuição dos servidores se fazem batendo quatro teclados de computador. É um governo conservador, logo toma medidas conservadoras". Para Reynaldo, faltaram ousadia e coragem para taxar as viagens ao exterior e as grandes fortunas. "Ele é avesso a embates e preferiu não enfrentar quem colocaria muita resistência ao ajuste. Aí pegou a classe média baixa e média, que são os servidores", aponta. "O problema do Brasil não é só fiscal: é comercial, cambial, monetário e financeiro. Esse plano que ele desenhou não sinaliza nenhuma mudança radical", conclui.

O diretor da corretora Fair, Alberto Alves Sobrinho, acredita que as maiores novidades sobre o ajuste serão divulgadas hoje, com o detalhamento feito pela equipe econômica.



Eduardo Eugênio, da Firjan, gostou das medidas anunciadas por FH